

Ciclo Menstrual no Ensino de Ciências: uma análise dos Livros Didáticos do 8º ano do Ensino Fundamental no PNLD 2024-2027

Danielly Silva Marins¹
Devid Lucas Tenório dos Santos²
Júlio César de Oliveira Santos³

RESUMO

O ciclo menstrual é um fenômeno fisiológico natural do corpo humano, abrangendo aspectos biológicos, assim como socioculturais, políticos e educacionais. Contudo, esse fenômeno também tem sido historicamente marcado por estigmas, preconceitos e tabus, que interferem diretamente na formação de meninas, mulheres e outras pessoas que menstruam. Nesse contexto, a educação escolar tem um papel crucial, sobretudo na promoção da dignidade menstrual, temática que deve constituir os currículos e materiais didáticos escolares, incluindo o Ensino de Ciências. Considerando que o Livro Didático é frequentemente o principal, e muitas vezes o único recurso de ensino nas escolas brasileiras, é essencial investigar como esse tema vem sendo abordado nessas obras. Desse modo, esse estudo tem como objetivo analisar como a menstruação e o ciclo menstrual são representados em três Livros Didáticos de Ciências do 8º ano do Ensino Fundamental, aprovados no Plano Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) de 2024. Para tanto, realizamos uma pesquisa documental com abordagem qualitativa. Os resultados revelam que as obras abordam tanto uma perspectiva fisiológica quanto sociocultural, incluindo, em algumas delas, assuntos como saúde menstrual, pobreza menstrual e dignidade menstrual, ainda que de forma inicial. Ao incluir esses temas nos currículos escolares do Ensino Fundamental, é possível desafiar concepções errôneas, desconstruir estigmas e promover reflexões e o respeito às diversas vivências e realidades de meninas, mulheres e pessoas que menstruam.

Palavras-chave: Ciclo menstrual, Menstruação, Livro Didático, Ensino de Ciências, Ensino Fundamental.

INTRODUÇÃO

A menstruação, enquanto um fenômeno biológico e sociocultural, está atravessada por inúmeros estereótipos e tabus, resultando em vergonhas, preconceitos, mitos, receios e nojo, que vão tomando diferentes arranjos e desdobramentos ao longo do tempo. Entrelaçado a isso, inevitavelmente, nos deparamos com a forma com que diferentes sociedades enxergam e significam os *corpos que menstruam*⁴ nos variados momentos históricos, sendo uma temática

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, danielly.marins@icbs.ufal.br;

² Graduado pelo Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, devid.santos@icbs.ufal.br;

³ Professor orientador do Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade Federal de Alagoas - ICBS/UFAL, julio.santos@icbs.ufal.br;

⁴ Aqui, preferiu-se utilizar “corpos que menstruam” para tensionar a perspectiva de que somente mulheres cisgênero menstruariam, excluindo demais corpos que não se enquadram ou não se identificam como mulheres: homens trans, pessoas não-binárias e transmasculinas.



que se confunde com a própria história social da mulher e seus processos de subalternização e inferiorização, tendo a menstruação como instrumento de opressão para a caracterização destes corpos como impuros, venenosos, perigosos, doentes e histéricos (Esteves, 2021; Mundim; Souza; Gama, 2021; Vomero; Nery, 2023). Essas representações construíram visões negativas sobre estes corpos, muitas vezes naturalizadas nos discursos médicos, religiosos e educacionais.

O olhar para esse corpo socialmente construído como pertencente ao feminino ou que perpassa as alegorias da feminilidade, é dificilmente abordado sobre o olhar de quem o habita. Michele Perrot (2003) atentar-se-á sobre os silenciamentos amontoados sobre este corpo, que paira no abismo da invisibilidade, do comedido e do não dito.

Desse modo, o corpo que menstrua é expropriado, (re)negado⁵ do seu direito de se reconhecer e se narrar, uma vez que normas sociais e morais o aprisionam em representações que o silenciam e o afastam de si. Entre o pudor e o controle, o desejo, o prazer, o riso e a própria fisiologia (Perrot, 2003) tornam-se interditos — aspectos que deveriam expressar vitalidade e autonomia, mas são convertidos em motivo de vergonha e repressão. Resta, assim, um corpo marcado por tabus e silenciamentos, atravessado pela dor e pela negação, que sangra não apenas biologicamente, mas também simbolicamente, refletindo as feridas históricas geradas por violências e exclusões.

Em uma pesquisa realizada com 15 mulheres no estado de Santa Catarina, na faixa etária de 33 a 89 anos, Fáveri e Marcon (2007) descrevem e dissertam sobre algumas metáforas utilizadas para descrever a menstruação, utilizando termos como

“o chico”, “o boi”, “tá com a boiada”, “ficou mocinha”, “assistida”, “está assistindo”, “tava naqueles dias”, “regra”, “bandeira vermelha”, “o mês”, “veio hoje”, “eu vim”, “*viene oggi*”, “*sono così*”⁶ e tantas outras maneiras. Percebem-se estratégias de esconderijo, uma teia de significados e linguagem entendida por elas, códigos apreendidos e reproduzidos, falados em voz baixa. [...] Mesmo nas conversas entre mulheres, durante as entrevistas, elas referiam-se à experiência da menstruação como algo que precisa ser silenciado, segredado. Perguntadas sobre a menarca, elas falavam de modo evasivo e desajeitado. Na perspectiva dessas mulheres, falar sobre menstruação é constrangedor, é vergonhoso. Elas usam uma linguagem codificada, falam entre pausas e silêncios, evidenciando que não mantêm a prática de falar sobre os assuntos do corpo (Fáveri; Marcon, 2007, p. 59).

⁵ A escrita com parênteses, (re)negado, explora o jogo de palavras entre o que é negado (recusado, rejeitado) pela estrutura social e o que é renegado (abandonado, renunciado) a partir da imposição social e que é internalizada pela própria subjetividade. A escolha gramatical é para evidenciar a simultaneidade desses processos de exclusão e autossabotagem em relação a este corpo que menstrua.

⁶ De acordo Fáveri e Marcon (2007), os termos estrangeiros derivam do dialeto italiano falado no sul catarinense, *viene oggi*, que significa “veio hoje”, e *sono così*, que significa “estou assim”.



A forma discreta de se referir à menstruação revela traumas históricos de repressão e negação do corpo feminino. Essa linguagem codificada expressa, simultaneamente, resistência e subjugação: resistência, por criar um espaço de comunicação entre iguais; subjugação, por reafirmar o interdito que lhes foi imposto. O corpo que menstrua, especialmente o da mulher, torna-se alvo de dominação simbólica e memória de repressão. Falar sobre o corpo, o sangue e o ciclo é um ato político que rompe o silêncio e reafirma a autonomia sobre a própria narrativa corporal.

Nesse entrelaçar de silêncios e resistências, é possível perceber como o corpo e o sangue, longe de serem apenas realidades biológicas, constituem-se também como construções discursivas: “[...] discursos, na verdade, habitam corpos. Eles se acomodam em corpos; os corpos na verdade carregam discursos como parte de seu próprio sangue” (Prins; Meijer, 2002, p. 163). As formas de falar — ou silenciar — sobre a menstruação atravessam espaços sociais, culturais e educacionais, delimitando o que pode ser dito. Na escola, essa limitação se intensifica: o corpo é tratado apenas como estrutura anatômica, ignorando suas dimensões simbólicas e afetivas. Com isso, o ensino reforça o silêncio e perpetua a lógica histórica de ocultamento, em vez de acolher o corpo como espaço legítimo de experiência e conhecimento.

Apesar de avanços nos debates sobre saúde e direitos reprodutivos, a menstruação ainda é cercada por desinformação, silêncio e vergonha, impactando a vida de adolescentes, mulheres e pessoas que menstruam. Questões como a pobreza menstrual e a busca pela dignidade menstrual têm emergido como pautas centrais de saúde pública nos últimos anos, exigindo que a escola, enquanto espaço formativo, assuma um papel ativo na desconstrução desses tabus.

Segundo o relatório intitulado “Pobreza Menstrual no Brasil: desigualdade e violações de direitos” produzido pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF),

[...] a pobreza menstrual se refere a inúmeros desafios de acesso a direitos e insumos de saúde. Estes desafios representam, para meninas, mulheres, homens trans e pessoas não binárias que menstruam, acesso desigual a direitos e oportunidades, o que contribui para retroalimentar ciclos transgeracionais de inequidades de gênero, raça, classe social, além de impactar negativamente a trajetória educacional e profissional (UNFPA; UNICEF, 2021, p. 4).

A pobreza menstrual configura-se como uma problemática social multifacetada, atravessada por dimensões estruturais, econômicas e culturais. Envolve a ausência de



condições básicas de saneamento, a escassez de informações sobre saúde menstrual e a dificuldade de acesso a produtos de higiene íntima (Boff et al., 2021; Macri; Silva, 2025). Soma-se a isso o peso de tabus e silenciamentos históricos que contribuem para a exclusão e o constrangimento de pessoas que menstruam.

De acordo com o relatório supracitado (UNFPA; UNICEF, 2021), cerca de 60 milhões de pessoas enfrentam algum grau de vulnerabilidade menstrual: 5% não têm acesso a itens essenciais de higiene, 900 mil vivem sem água encanada e 6,5 milhões residem em casas sem rede de esgoto. Entre as mais de 713 mil meninas e adolescentes de 13 a 19 anos que declararam não possuir banheiro ou chuveiro em suas casas, 88,7% sequer dispõem de qualquer tipo de instalação sanitária, sendo que uma parcela ainda significativa realiza suas necessidades a céu aberto. Esses dados evidenciam que a menstruação, longe de ser apenas uma experiência biológica, também é um marcador das desigualdades sociais, raciais e de gênero que atravessam o corpo e o cotidiano de milhões de pessoas que menstruam.

Diante desse cenário, a escola é um espaço estratégico para enfrentar desigualdades ligadas ao corpo e à menstruação. O Ensino de Ciências, ao tratar dos processos biológicos, pode também desconstruir estigmas e promover uma educação baseada na dignidade e na equidade, superando a visão puramente biologizante. O livro didático, enquanto um artefato cultural (Bandeira; Veloso, 2019), curricular e pedagógico (Macedo, 2006), cumpre papel fundamental nesse processo, pois o modo como representa a menstruação a partir do texto — seja pela linguagem lexical, pelas imagens ou pela ausência do tema —, contribui para reforçar ou desafiar os discursos hegemônicos que naturalizam o silenciamento e a vergonha. Assim, investigar como os livros didáticos tratam o ciclo menstrual é compreender não apenas um conteúdo curricular, mas também os sentidos sociais e culturais que a escola ajuda a perpetuar ou tensionar.

Desse modo, como forma de realizar essa investigação a partir do artefato curricular, esse estudo tem como objetivo analisar como a menstruação e o ciclo menstrual são representados em três Livros Didáticos de Ciências do 8º ano do Ensino Fundamental, aprovados no Plano Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) de 2024, analisando a organização dos conteúdos e as abordagens da educação sexual presentes nessas obras.

METODOLOGIA

Realizamos uma pesquisa documental com abordagem qualitativa dos resultados. A pesquisa documental utiliza documentos (oficiais ou não) como fonte principal em uma



investigação científica. Nessa perspectiva, consideramos os livros didáticos como documentos, uma vez que são registros produzidos em contextos específicos e refletem escolhas pedagógicas, ideológicas e culturais, o que significa uma ampliação o sentido da palavra “documentos”, assim como outros estudos realizaram (Godoy, 1995; Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009). Assim, ao tratarmos os livros didáticos como fontes documentais, reconhecemos seu potencial para revelar representações, valores e discursos historicamente construídos.

Adotamos a abordagem qualitativa dos resultados ao considerar que ela tem como foco “interpretar os fenômenos sociais (interações, comportamentos, etc.), em termos de sentidos que as pessoas lhes dão; em função disso, é comumente referida como pesquisa interpretativa” (Pope; Mays, 2005, p. 13). Essa abordagem se mostra adequada à análise de livros didáticos, pois permite compreender os significados, valores e representações que atravessam os conteúdos apresentados.

Foram analisados três livros didáticos de Ciências do 8º ano do Ensino Fundamental, aprovados no PNLD de 2024. Os livros didáticos analisados receberam os códigos LD1, LD2 e LD3, e pertencem, respectivamente, às coleções “ARARIBÁ Conecta”, “Ciências Naturais” e “SuperAÇÃO!”, publicadas em 2022 pela Editora Moderna. Assim, investigamos como os conteúdos relacionados à menstruação foram apresentados nessas três obras.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Abordagens da menstruação

No LD1, o tema é tratado na Unidade 4, aparecendo pontualmente em alguns capítulos — denominados *Temas* — e com maior detalhamento no Tema 7, “O ciclo menstrual e a fecundação”. Na abertura do capítulo, o tópico “O ciclo menstrual” enfatiza os processos de maturação do ovócito e espessamento do endométrio, relacionando-os à fertilidade. Em seguida, o tópico “A fecundação e o desenvolvimento do zigoto” descreve o processo de fecundação e formação do embrião, tanto pelo ato sexual quanto por técnicas de fertilização *in vitro*, sem ultrapassar a dimensão fisiológica. Por fim, em “A menstruação e o bem-estar feminino”, o livro aborda a menarca, o uso de produtos de higiene e os sintomas menstruais, além de recomendar a busca por orientação profissional.

A menstruação é um fenômeno natural do organismo feminino. Para muitas adolescentes e mulheres adultas, no entanto, ela pode vir acompanhada de sintomas desconfortáveis, como cólicas (dores abdominais), dor de cabeça, inchaço,

ansiedade, entre outros. Dessa forma, é muito importante o acompanhamento de um profissional da saúde, que indicará maneiras de amenizar ou evitar esses sintomas, além de avaliar se há problemas físicos ou hormonais que podem trazer prejuízos à saúde (p. 105).

Apesar da relevância e da atualidade dos temas/conteúdos abordados, a organização das informações em diferentes seções/tópicos, sem uma articulação mais direta entre os conteúdos, pode dificultar o estabelecimento de conexão conceitual e relacional por parte dos estudantes, turvando as dimensões simbólicas que estão para além de aspectos biológicos. Um exemplo disso é a falta de interligação entre os tópicos do ciclo menstrual, a menarca, o uso de absorventes e o impacto social da menstruação, podendo, assim, comprometer a assimilação/interrelação dos conteúdos/discussões e reduzir seu potencial formativo.

Tanto o LD2 quanto o LD3, introduzem o conteúdo a partir de discussões sobre as transformações na puberdade. O LD2 traz a temática diluída em alguns capítulos: Capítulo 7 (Adolescência, Puberdade e Sistema Endócrino), Capítulo 8 (Reprodução Humana) e, pontualmente, no Capítulo 9 (Sexo, saúde e sociedade). Já o LD3 traz a temática apenas no Capítulo 7 (Puberdade e sistema genital), havendo pouquíssimas menções céleres ao abordar métodos contraceptivos no Capítulo 8 (Reprodução humana).

A abertura do LD2 ao tema, se dá de forma direta e descritiva, abordando a primeira menstruação:

Durante a puberdade a adolescente passa a menstruar. A menstruação é a saída de sangue pela vagina. A perda de sangue, chamada fluxo menstrual, ocorre gradualmente por um período de três a seis dias. Esse acontecimento se repete periodicamente, caracterizando o ciclo menstrual, que estudaremos nos capítulos 8 e 9” (p.135). [...] A primeira menstruação, chamada menarca, indica que a garota já é biologicamente capaz de ter filhos (p.135).

Desde a introdução, o LD2 direciona a discussão para a função reprodutiva da menstruação e para a capacidade biológica da adolescente de engravidar. Essa perspectiva discursiva, centrada no viés biológico e que secundariza outras dimensões do corpo que menstrua, corresponde ao que Furlani (2016) define como abordagem biológico-higienista. Tal enfoque privilegia os aspectos anatômico-funcionais/fisiológicos, sustentando-se em um determinismo biológico da alteridade e marginalizando os significados subjetivos, sociais e culturais relacionados a esse marco da vida. Importa destacar que a crítica não recai sobre a presença do conteúdo biológico — essencial à compreensão dos processos corporais —, mas sobre a forma e/ou exclusividade dessa perspectiva, que restringe e reduz as potencialidades da temática (Furlani, 2016). Diante disso, na ausência de uma abordagem mais ampla, cabe



ao/à professor/a atuar como mediador/a, promovendo discussões que ultrapassem os limites da explicação meramente biológica.

O LD3 mobiliza o tema do ciclo menstrual com o seguinte texto:

A camada mais interna do útero, denominada endométrio, mensalmente se prepara para alojar um embrião. Caso isso não ocorra, parte do endométrio se desprende do útero e é eliminada do corpo, caracterizando a menstruação (p. 181).

Além deste trecho, o LD3 apresenta um destaque pontual sobre a menopausa, afirmando que

[...] o indivíduo do sexo feminino terá seus ciclos menstruais periodicamente até atingir a idade entre 48 e 55 anos, aproximadamente, quando ocorre a menopausa, ou seja, o último ciclo menstrual. Assim, o indivíduo do sexo feminino tem um tempo de fertilidade limitado (p.181).

Observa-se que o livro, assim como o LD2, adota predominantemente um enfoque que se alinha à abordagem biológica-higienista, conforme categorização de Furlani (2016). Desta maneira, como os demais livros analisados, o LD3 apresenta a menstruação como uma consequência direta da ausência de fecundação, reduzindo o fenômeno a um evento biológico ligado à não reprodução.

Ao tratar a menopausa unicamente como o fim do período reprodutivo e da capacidade biológica de engravidar, especialmente de forma natural, o livro adota uma visão biológico-higienista e reducionista do fenômeno, conforme aponta Farret (2022). Essa perspectiva limita a compreensão da menopausa a um marco negativo de perda de funcionalidade do corpo que menstrua, remetendo-o ao que Perrot (2003) denomina de semiclandestinidadade de existência. Tal concepção tende a reforçar estigmas sobre o envelhecimento feminino e a desvalorização da experiência menopausal enquanto processo de transição, silenciando outras dimensões dessa fase da vida — sociais, emocionais, culturais, sexuais e simbólicas. Dessa forma, o livro reforça uma visão restrita da sexualidade, desconsiderando o papel da menstruação na construção da identidade de gênero, nas vivências corporais e nas diversas formas de compreender os corpos que menstruam em distintos contextos socioculturais.

Pobreza menstrual e dignidade menstrual nos Livros Didáticos

Retomando o tópico “A menstruação e o bem-estar feminino” no LD1, o livro irá abordar também sobre tipos de absorventes, descartáveis e não descartáveis, dizendo que



Durante esse período, são utilizados absorventes para conter o fluxo menstrual. Os mais comuns são os externos (peças de algodão e de revestimento plástico colocadas na calcinha) e os internos (bastão de material absorvente que deve ser posicionado no canal vaginal). Os absorventes devem ser trocados várias vezes por dia para manter a higiene. Há ainda outras opções não descartáveis, como as calcinhas absorventes e os coletores menstruais, geralmente de silicone ou de material plástico, em formato de copo, que duram até alguns anos. O melhor tipo de absorvente varia de acordo com as características físicas da mulher e o seu momento de vida (p.105).

A discussão sobre os tipos e usos de absorventes introduz uma temática sensível e urgente em nossa sociedade. O LD1 aborda o assunto de forma sintética e pouco mobilizadora, em um breve box *Saiba mais!* — localizado à margem da página — sob o título *Saúde menstrual*, mencionando a distribuição de absorventes “para estudantes de rede pública de baixa renda e mulheres em situação de rua ou de vulnerabilidade social extrema” (p. 105), conforme o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual, aprovado em 2022. Embora sua inclusão represente um avanço nas preocupações contemporâneas sobre o tema, a abordagem superficial e desconectada do restante da discussão reduz seu potencial formativo e limita a possibilidade de estabelecer relações com dimensões estruturais, econômicas e culturais, além de deixar de problematizar preconceitos e estereótipos lançados para estes corpos.

Em 2023, o Governo Federal lançou o Programa Dignidade Menstrual, através do Decreto de nº 11.432, com o objetivo de promover a saúde menstrual, assim como questões correlacionadas como educação, equidade, justiça e direitos. O programa visa a promoção de informações e conscientização sobre a menstruação enquanto um fenômeno natural, além de distribuir gratuitamente absorventes higiênicos, e o estímulo ao autocuidado (Brasil, 2024).

A discussão sobre dignidade menstrual envolve, sobretudo, a precariedade no acesso a absorventes e outros itens de higiene, frequente entre pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica (Boff et al., 2021; Macri; Silva, 2025; UNFPA; UNICEF, 2021). No entanto, observa-se que os livros didáticos ainda tratam esses aspectos de forma superficial, sem aprofundar as desigualdades menstruais, os impactos na frequência escolar e a invisibilização de pessoas trans e não binárias que também menstruam. Essa lacuna revela a necessidade urgente de revisão e ampliação dos conteúdos, de modo a garantir uma abordagem mais inclusiva, crítica e comprometida com os direitos humanos e a justiça social.

O LD2 traz a temática a partir do subtópico “A primeira menstruação”. Nesse trecho, o livro destaca que “não existe nada de tenebroso ou anormal associado à menstruação”. E que



“é um acontecimento natural na vida das mulheres” (p. 135). Em seguida, o livro apresenta o texto:

Menstruação é motivo de vergonha? De jeito nenhum! A menstruação faz parte do funcionamento do corpo feminino e deve, portanto, ser encarada com naturalidade. Durante a menstruação, algumas mulheres sentem cólicas, isto é, dores na região da barriga e das costas. Se você, menina, sentir cólicas menstruais e elas forem muito fortes, peça a seus pais que a acompanhem a um(a) ginecologista, que a orientará sobre o melhor modo de aliviar essas dores. Para os meninos, a menstruação não deve ser motivo de piadas. Afinal, ela é algo normal na vida de todas as mulheres (p. 135).

Nos trechos mencionados, o livro busca desmistificar a menstruação e naturalizar o fenômeno, o que é essencial para combater estigmas e tabus em torno do tema. No entanto, a abordagem centra-se exclusivamente em mulheres e meninas, ignorando outras pessoas que também menstruam, mas não se identificam como mulheres. Para homens trans e pessoas não binárias, a menstruação pode representar uma experiência emocionalmente complexa, marcada por preconceitos e estigmas (Magan et al., 2023). Ao restringir-se à mulher cisgênero, o livro reforça a invisibilidade dessas vivências, reduzindo seu potencial formativo e a oportunidade de promover empatia e respeito a diferentes corpos..

O livro também apresenta um texto intitulado “A higiene e o uso de absorventes”, na qual enfatiza a importância dos cuidados com a higiene íntima durante o período menstrual e apresenta os diferentes tipos de absorventes:

Durante o período em que estiver menstruada, a menina pode continuar fazendo tudo o que normalmente faz: tomar banho, lavar a cabeça, tomar sorvete, praticar exercícios físicos, ingerir qualquer alimento a que esteja acostumada etc. Há uma coisa, no entanto, que requer especial atenção nesses dias: é a higiene! O banho continua sendo fundamental e a região vaginal deve ser muito bem lavada. O uso de absorventes higiênicos é um dos cuidados com a higiene durante a menstruação. Há dois tipos: o externo e o interno. O externo é uma “almofadinha” de material absorvente (algodão, gel especial etc.) que é fixada na calcinha por um adesivo existente no próprio produto. O lado absorvente fica em contato com a abertura da vagina para absorver o fluxo menstrual. Deve ser trocado várias vezes ao dia. O absorvente interno é um pequeno objeto cilíndrico de material absorvente que a mulher coloca dentro da vagina, seguindo as instruções que vêm com o produto. Ele também deve ser trocado várias vezes ao dia. Alguns médicos não recomendam o uso de absorventes internos para quem nunca teve relações sexuais (p. 135-136).

Essa abordagem contribui para desconstruir mitos ainda presentes em diversos contextos sociais e culturais, que associam a menstruação a limitações físicas, comportamentais ou alimentares. Ao enfatizar a naturalidade do processo menstrual, o LD2 estimula uma compreensão mais positiva e informada do tema, fortalecendo a autonomia



corporal e a autoconfiança dos estudantes. Além disso, ao abordar os diferentes tipos de absorventes, o livro reconhece a diversidade de possibilidades para o cuidado menstrual. O LD2 sugere ao professor que se explique sobre a existência de opções ambientalmente benignas em relação aos absorventes tradicionais.

Embora seja um processo natural vivenciado por grande parte da população, a menstruação ainda é cercada por tabus, desinformação e escassez de estudos (UNFPA; UNICEF, 2021; Teixeira, 2023). O LD2 adota uma abordagem mais inclusiva e acolhedora, promovendo o respeito e a naturalização da menstruação como processo biológico. Ao direcionar o discurso também aos meninos, o livro amplia o diálogo e contribui para enfrentar tabus que historicamente silenciam ou ridicularizam a experiência menstrual. Essa perspectiva favorece o combate a mitos ainda presentes em diferentes contextos sociais e culturais, que associam a menstruação a limitações físicas, comportamentais ou alimentares. Além disso, ao apresentar os tipos de absorventes, o livro reconhece a diversidade de possibilidades para o cuidado menstrual.

Na página 183, entre as atividades, o LD3 propõe um fragmento do texto “Pobreza menstrual”, de autoria de Paloma Guitarrara e publicado no site Brasil Escola. O texto aborda a temática destacando que se trata de um problema de saúde pública e direitos humanos. Na atividade, observa-se a seguinte instrução: “Junte-se a um colega e conversem sobre o que a falta de acesso a itens de higiene menstrual pode causar para quem menstrua e como esse problema pode ser solucionado. Se necessário, faça uma pesquisa” (p. 183).

O LD3 contribui para o reconhecimento da menstruação como um tema que ultrapassa os limites da biologia, envolvendo desigualdade de classe, raça e acesso à saúde, além de estimular o pensamento crítico e o engajamento dos estudantes com questões sociais. No entanto, é importante destacar que essa é a única menção à dignidade menstrual em todo o livro, o que releva uma abordagem e tornando-a pouco integrada ao restante do conteúdo. Ao tratar a dignidade menstrual como um tópico isolado, o livro perde a oportunidade de promover uma reflexão mais ampla e contínua sobre os impactos sociais, educacionais e emocionais da menstruação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise dos Livros Didáticos (LD1, LD2 e LD3), observa-se que a menstruação é, em sua maioria, abordada sob uma perspectiva biologicista, com ênfase na função reprodutiva do corpo que menstrua — este colocado pelos livros como feminino — e

nos aspectos anatômicos do ciclo menstrual. Embora haja tentativas pontuais de ampliar o olhar para temas como bem-estar, higiene e tipos de absorventes, essas inserções ocorrem de maneira fragmentada e pouco integrada aos demais conteúdos/assuntos, o que limita sua efetividade pedagógica e o aprofundamento crítico por parte dos/as estudantes.

Ao restringirem a menstruação a um evento biológico e higiênico, os livros acabam perdendo a oportunidade de promover uma educação crítica, empática e transformadora. Além disso, os textos associam a menstruação exclusivamente às mulheres cisgênero, ignorando que outras pessoas, que não se identificam dessa forma, como homens trans e pessoas não binárias, também menstruam.

A superação de estigmas, tabus e preconceitos relacionados à menstruação exige uma abordagem educativa que valorize o conhecimento situado, promova a equidade e contribua para a construção de ambientes escolares mais inclusivos e acolhedores. Portanto, é essencial que os materiais didáticos avancem para além de uma abordagem biológico-higienista (Furlani, 2016), integrando diferentes dimensões da menstruação e reconhecendo a pluralidade de experiências. Isso inclui não apenas discutir a menstruação como fenômeno fisiológico, mas também como marcador social, político e cultural, incorporando reflexões sobre relações de gênero, direitos humanos, direitos sexuais e reprodutivos, saúde pública e diversidade.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, A.; VELOZO, E. L. Livro didático como artefato cultural: possibilidades e limites para as abordagens das relações de gênero e sexualidade no Ensino de Ciências. **Ciência & Educação** (Bauru), v. 25, n. 4, p. 1019-1033, 2019.

BOFF, R. A.; BRUM, J. B. M.; OLIVEIRA, A. N. M.; CABRAL, S. M. Pobreza menstrual e sofrimento social: a banalização da vulnerabilidade social das mulheres no Brasil. **Revista de Psicologia, Educação e Cultura**, v. 25, n. 3, p. 133-147, 2021.

BRASIL. Programa Dignidade Menstrual. Brasília: Ministério da Saúde; Ministério das Mulheres; Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; Ministério da Educação; Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; **Ministério da Justiça e Segurança Pública**; Casa Civil; Secretaria de Comunicação Social, [2023]. Cartilha informativa do Programa Dignidade Menstrual. Disponível em: <https://www.gov.br>. Acesso em: 30 out. 2025.

ESTEVES, A. P. L. Alguns olhares sobre a menstruação. **Ágora. Estudos Clássicos em Debate**, Journal Icon, Aveiro, v. 23, n. 1, p. 247-266, 2021.

FARRET, A. B. **Ciclo menstrual e menstruação em livros didáticos de Ciências**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Biológicas) — Universidade Federal do



Rio Grande do Sul, 2022. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/266002>. Acesso em: 9 out. 2025.

FAVERI, M.; MARCON, A. Corpos construídos nas práticas de segredar - prescrições que constituem os corpos na experiência da menstruação. **Revista Ártemis**, v. 7, 2007.

FURLANI, J. **Educação Sexual na Sala de Aula: Relações de Gênero, Orientação Sexual e Igualdade Étnico-racial numa Proposta de Respeito às Diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica, 1 ed. 2016.

GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, SP, v.26, n.2, 1995.

MACEDO, E. Currículo como espaço-tempo de fronteira cultural. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, p. 285-296, 2006.

MACRI, B.; SILVA, J. B. Pobreza menstrual e a dignidade das pessoas que menstruam. **Revista Científica Integrada**, v. 8, n. 1, p. e202501-e202501, 2025.

MAGAN, E. D. A.; ALMEIDA, M. N.; FIGUEREDO, S.; OLIVEIRA, A. H. M. Os impactos da pobreza menstrual na saúde das pessoas que menstruam. **Revista Brasileira de Educação, Saúde e Bem-estar**, [S. l.], v. 1, n. 2, 2023. Disponível em: <https://rebesbe.emnuvens.com.br/revista/article/view/27>. Acesso em: 29 out. 2025.

MUNDIM, M. L. E.; SOUZA, M. P. L.; GAMA, V. C. Transformação da percepção da menstruação entre gerações. **Tensões Mundiais**, v. 17, n. 33, p. 229-247, 2021.

PERROT, Michelle. **Os silêncios do corpo da mulher**. In: MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel (orgs.). *Corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

POPE, C.; MAYS, N. **Pesquisa qualitativa na atenção à saúde**. 2ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2005.

PRINS, B.; MEIJER, I. C. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Revista estudos feministas**, v. 10, n. 01, p. 155-167, 2002.

SÁ-SILVA, J. R.; DE ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, São Leopoldo, RS, Ano 1, n. 1, p. 1-14, Julho, 2009.

SILVEIRA, É. L. Tessituras entre alteridade e educação: oito abordagens contemporâneas para a educação sexual na escola e a (des)aparicação das dimensões da sexualidade humana na BNCC. **Revista TEIAS**, v. 24, n. 75, p. 98-110, 2023.

UNFPA; UNICEF. **Pobreza menstrual no Brasil: desigualdade e violações de direitos**. Brasília: Fundo de População das Nações Unidas; Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2021. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/14456/file/dignidade-menstrual_relatorio-unicef-unfpa_mai2021.pdf. Acesso em: 9 out. 2025.

VOMERO, L. S. Z.; NERY, M. P. UTERODRAMA: DESCOLONIZANDO CORPO E MENSTRUÇÃO. **Revista Brasileira de Psicodrama**, [S. l.], v. 31, 2023. Disponível em: <https://www.revbraspsicodrama.org.br/rbp/article/view/597>. Acesso em: 9 out. 2025.

